



ANIELLO PARZIALE

# AS SANÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

## AS INFRAÇÕES, AS PENALIDADES E O PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

ATUALIZADO DE ACORDO COM AS  
LEIS FEDERAIS Nº 13.303/2016 (LEI DAS  
ESTATAIS), Nº 13.869/19 (LEI DE ABUSO  
DE AUTORIDADE) E Nº 14.133/2021  
(NOVA LEI DE LICITAÇÕES)

### **Prefácio**

*Irene Patrícia Nohara*

### **Apresentação**

*Antonio Cecílio Moreira Pires*

### **Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO.

### **Áreas afins**

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.

### **Público-alvo/consumidores**

EMPRESAS QUE SE RELACIONAM  
COMERCIALMENTE COM O GOVERNO,  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ADVOGADOS,  
PROMOTORES, JUÍZES.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10003008

O presente trabalho objetiva estabelecer os limites jurídicos do poder punitivo estatal no âmbito das contratações públicas, em razão da inexistência de um regramento mínimo e uniforme, garantidor das máximas constitucionais, quando da imposição de sanções administrativas, o que torna tal trabalho imprescindível para os operadores do Direito.

Para alcançar tal objetivo, fixou-se o regime jurídico das infrações e sanções administrativas, bem como tratou-se de cada ato infracional e penalidades administrativas constantes da legislação licitatória em espécie. Ademais, destinou-se um capítulo exclusivo ao estudo do devido processo sancionatório, analisando cada uma das suas fases.

Diante de tal envergadura, a presente obra não é de interesse apenas da Administração Pública, que conduz os processos sancionadores, mas também de magistrados, que podem ser instados a se manifestar a respeito da legalidade da sanção imposta, de promotores que porventura venham a controlar a sanção imposta, de advogados contratados com o objetivo de defender os seus clientes, além de pessoas físicas e jurídicas que detêm um expediente punitivo instaurado contra si e que enfrentam o enorme desafio de se defender mesmo sendo carentes de conhecimento.

P276s Parziale, Aniello

As sanções nas contratações públicas: as infrações, as penalidades e o processo administrativo sancionador / Aniello Parziale.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

304p.; 14,5x21,5cm

Atualizado de acordo com as Leis Federais nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), nº 13.869/19 (Lei de Abuso de Autoridade) e nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)  
ISBN: 978-65-5518-200-2

1. Direito Administrativo. 2. Contratações públicas. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PARZIALE, Aniello. *As sanções nas contratações públicas: as infrações, as penalidades e o processo administrativo sancionador*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 304p. ISBN 978-65-5518-200-2.

### **Aniello Parziale**

Mestre em Direito Econômico e Político pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogado e consultor em Direito Público. Ex-gerente da Consultoria Jurídica da editora NDJ. Ex-Secretário de Assuntos Jurídicos do Município de Embu das Artes/SP. Membro da Comissão de Direito Urbanístico da OAB/SP. Presidente da Cia. Habitacional Prohabitação de Embu das Artes/SP. Professor de Direito Administrativo e Ambiente Jurídica. Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Embu das Artes (FAEM). Membro do Observatório da Nova Lei de Licitações da Editora Fórum. Árbitro na Caraíve Arbitragem. Instrutor e palestrante sobre contratações públicas.

PREFÁCIO	
<b>Irene Patrícia Nohara</b> .....	13
APRESENTAÇÃO	
<b>Antonio Cecílio Moreira Pires</b> .....	17
INTRODUÇÃO .....	19
CAPÍTULO 1	
AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E O SEU	
REGIME JURÍDICO NO ÂMBITO DAS CONTRATAÇÕES	
PÚBLICAS .....	27
1.1 O ilícito .....	27
1.2 A infração administrativa.....	29
1.3 Elementos da infração administrativa .....	31
1.3.1 Ação (ou conduta) reprovável .....	32
1.3.2 O princípio da tipicidade e os limites à sua relativização .....	33
1.3.3 Antijuridicidade ou ilicitude e as suas excludentes .....	57
1.3.3.1 Estado de necessidade .....	60
1.3.3.2 Exercício regular de um direito .....	61
1.3.3.3 Estrito cumprimento de um dever legal.....	62
1.3.3.4 Coação ou ordem de superior hierárquico .....	63
1.3.4 Culpabilidade (reprovabilidade) e suas excludentes .....	64
1.3.4.1 O erro.....	66
1.3.4.2 Inexigibilidade de conduta diversa.....	70
1.3.4.3 Caso fortuito ou força maior .....	71
1.4 Infrações administrativas previstas na legislação licitatória .....	72
1.4.1 Inexecução parcial ou total dos contratos administrativos .....	75
1.4.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame .....	78
1.4.3 Não manutenção da proposta comercial pelo adjudicatário.....	83
1.4.4 Não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta .....	86
1.4.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.....	91
1.4.6 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou na execução do contrato.....	93
1.4.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato .....	96
1.4.8 Comportar-se de modo inidôneo .....	100
1.4.9 Cometimento de fraudes de qualquer natureza .....	106
1.4.10 Praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação .....	109
1.4.11 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 .....	114
1.4.12 Atraso injustificado na execução do contrato .....	115
CAPÍTULO 2	
AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E O SEU	
REGIME JURÍDICO NO ÂMBITO DAS CONTRATAÇÕES	
PÚBLICAS .....	119
2.1 A sanção jurídica.....	119
2.2 As sanções administrativas e seu regime jurídico .....	122
2.2.1 A finalidade do ato administrativo punitivo.....	123
2.2.2 A finalidade das sanções administrativas nas contratações públicas .....	127
2.2.3 Princípio da legalidade .....	133
2.2.4 Princípio da anterioridade.....	136
2.2.5 Princípio da irretroatividade da lei e da retroatividade da lei mais benigna.....	137
2.2.6 Princípio da segurança jurídica .....	141
2.2.7 Princípio do <i>non bis in idem</i> .....	143
2.2.8 Princípio da razoabilidade .....	145

2.2.9	Princípio da proporcionalidade.....	147
2.2.10	Princípio do devido processo legal .....	149
2.2.11	Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> .....	150
2.2.12	Princípio da prescritibilidade .....	152
2.2.13	Princípio do juiz natural .....	154
2.2.14	Princípio da presunção da inocência .....	159
2.3	O sujeito passivo ou infrator das sanções administrativas.....	161
2.4	Desconsideração da personalidade jurídica .....	164
2.5	Autoexecutoriedade das sanções administrativas .....	167
2.6	Extinção das sanções administrativas.....	168
2.6.1	Cumprimento da sanção administrativa.....	169
2.6.2	Morte da pessoa física ou extinção da pessoa jurídica.....	170
2.6.3	Reabilitação.....	170
2.6.4	Revisão do processo sancionatório .....	171
2.6.5	Nulidade do ato administrativo punitivo.....	172
2.6.6	Retroação da lei mais benigna .....	173
2.6.7	Celebração do acordo de leniência.....	174
2.6.8	Perdão.....	175
2.7	Alternativa às sanções administrativas .....	178
2.8	Sanções administrativas nas contratações públicas.....	181
2.8.1	Advertência .....	183
2.8.2	Multa.....	190
2.8.3	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração .....	204
2.8.4	Sanção de impedimento de licitar e contratar .....	206
2.8.5	Declaração de inidoneidade .....	209
2.8.5.1	Reabilitação.....	213
2.9	Efeitos das sanções restritivas de direitos sobre os contratos administrativos em execução.....	216

### CAPÍTULO 3

	O PROCESSO SANCIONATÓRIO NO ÂMBITO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS .....	219
3.1	Processualização da atividade administrativa .....	219
3.2	Processo administrativo como garantia do Estado Democrático de Direito .....	221
3.2.1	O princípio do devido processo legal .....	223
3.2.2	O princípio do contraditório e da ampla defesa .....	225
3.3	O processo administrativo sancionador no âmbito das contratações públicas .....	231
3.3.1	Fase instauratória.....	242
3.3.2	Fase instrutória.....	252
3.3.3	Fase decisória ou de julgamento .....	255
3.3.4	Fase recursal .....	260
3.3.5	Fase executória .....	264

	CONCLUSÃO .....	271
--	-----------------	-----

	REFERÊNCIAS.....	285
--	------------------	-----

	TRABALHOS DO AUTOR.....	301
--	-------------------------	-----